

# Causa do Povo



Jornal da União Popular Anarquista - UNIPA

Edição Nº 67

www.uniaoanarquista.wordpress.com | unipa\_net@yahoo.com.br

Jan/Fev/Mar de 2013



# 100 anos de BAKUNINISMO

## Viva a União Popular Anarquista!

Nesta edição

- O anarquismo revolucionário no Brasil: origens e disputas de linhas entre 1997-2005 (p. 2)
- Unidade teórica: o resgate do bakuninismo enquanto teoria revolucionária (p. 3)
- Lutas urbanas: conflitos, organização e resistência do proletariado marginal (p. 4 e 5)
- 10 anos de Luta Sindical e Estudantil (p. 6)
- Avança o processo de construção da UNIPA (p. 7)
- As Ilusões da Soberania Nacional e a Verdade Sub-imperialista (p. 8)

# O ANARQUISMO REVOLUCIONÁRIO NO BRASIL: origens e disputas de linhas entre 1997-2005

A gênese do bakuninismo remonta à experiência de organização dos anarquistas que começa nos anos 1990. Podemos dizer que esse processo tem três condições que o alimentaram: 1ª) a cisão nos grupos anarquistas de natureza contracultural ou editorial pré-existentes; 2ª) a influência internacional da FAU (Federação Anarquista Uruguaia), que impulsiona a Construção Anarquista Brasileira (documento que convocava a construção de organizações anarquistas pelo Brasil); 3ª) a experiência de militantes do movimento estudantil e de moradia que vão se aproximar desse campo, buscando conciliar a crítica do Estado e do oportunismo com uma linha política.

A proposta lançada pela FAU em 1995 indicava a necessidade de expandir a organização "especificista" pelo Brasil. Era um chamado à organização dos grupos anarquistas para intervir na luta de classes. Essa proposta encontrou no terreno brasileiro, de grupos contraculturais despolitizados ou pequeno-burgueses, violenta resistência. Mas encontrou também militantes que estavam dispostos a assumir a proposta. Entre 1995 e 1996, em quatro estados formaram-se núcleos da construção anarquista brasileira a partir de grupos locais (Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo e Pará). Esses grupos se organizariam em torno da denominação Organização Socialista Libertária (OSL/nome do grupo local).

A contribuição desse processo foi ruptura desses grupos com experiência meramente local e nacional. Além disso, no Rio de Janeiro (ver texto sobre lutas urbanas, p. 4 e 5) e no Rio Grande do Sul, especialmente, se desenvolveu uma efetiva prática de organização e ação direta popular. Mas essa experiência mostrou as debilidades organizativas e teóricas. As tentativas de realizar um debate político mais aprofundado não avançaram e entre 1998-1999, por isso a organização passou por uma crise e se desfez. No Rio de Janeiro, parte do antigo núcleo da OSL constituiu o Laboratório de Estudos Libertá-

rios (LEL), que visava acumular discussão para enfrentar os problemas teóricos e organizativos.

O LEL surgiu ano final de 1998 e existiu até 2003. Nesse intervalo de tempo, o contato entre os grupos remanescentes da antiga OSL (LEL-RJ, FAG-RS e Lula Libertária/SP) foi mantido e foi lançada em 2000 a proposta de construir uma organização de base denominada Resistência Popular (RP). Com uma linha eclética e basista, a RP atuou em movimentos cooperativos, educacionais, estudantis nesses três estados. Mas não conseguiu avançar na formulação de uma disputa de linha política, nem organizar lutas diretas tão consistentes como no período da OSL.

Assim no interior do LEL foi formulada uma discussão sobre a necessidade de modificar a linha política. Foi nesse sentido que iniciou o debate sobre a necessidade de uma teoria anarquista da organização política e uma teoria anarquista da revolução brasileira, que pudesse orientar essas ações. Esse esforço obrigou a colocar um problema elementar: *como fazer uma teoria anarquista se o próprio pensamento anarquista se apresenta de forma fragmentária?* Foi nesse sentido que adotamos a linha de fazer um debate sério e profundo do pensamento e história anarquista. Assim, em 2003 realizamos o Congresso de fundação da FAI (Federação Anarquista Insurreição) que depois seria rebatizada em 2004, no II Congresso, de União Popular Anarquista (UNIPA).

Entre 2002 e 2004 duas novas iniciativas se colocam. A construção do Fórum do Anarquismo Organizado (FAO) e pouco depois a Coordenação Anarquista Latino-americana (CALA), que reunia a FAU, FAG, UNIPA, Luta Libertária e Auca (argentina). Esse processo coincidiu com os debates realizados no Rio de Janeiro, em que definimos uma opção pelo bakuninismo, como o fundamento da teoria da organização política e da teoria anarquista da revolução brasileira. A nossa estratégia foi pautar esse debate dentro da CALA e no FAO.

Entretanto, por três vezes, reuniões convocadas com a pauta para o debate de teoria ou tiveram suas pautas modificadas (com a supressão do item) ou foram suspensas. Encaminhamos um documento intitulado "Anarquismo e Teoria Revolucionária", em que apresentávamos e justificávamos o bakuninismo. Esse documento nunca foi discutido.

A nossa avaliação foi que o problema era de fundo teórico-ideológico, e decidimos nos lançar à construção da organização bakuninista, pois sabíamos então que existia um abismo intransponível. Apesar das acusações difusas lançadas contra UNIPA (de unilateralismo, voluntarismo) a história prova que tivemos a iniciativa de pautar o debate. Mas não nos acozardamos de defender a linha que achávamos correta só para manter uma ilusão de "quantidade".

Esse momento é importante por dois motivos. *Podemos dizer que ele explicita a evolução das condições citadas acima. Podemos dizer, que a proposta de opor aos grupos despolitizados e contraculturais que até então monopolizavam o conceito de "anarquista" foi a principal contribuição da OSL e da Construção Anarquista Brasileira. Mas essa tarefa rapidamente se esgotou. Uma vez afirmado o grupo político e que sua tarefa era fazer a luta de classes, outros problemas se colocavam (qual a teoria, qual a estratégia, qual a posição ante as disputas existentes entre partidos e correntes, como ligar seu trabalho imediato com a luta revolucionária). Logo, o período posterior deveria ser marcado pela tentativa de enfrentar essas questões. Os grupos do FAO não queriam fazer esse debate e autocrítica. Estavam presos na contradição entre combater a desorganização somente pelo apelo genérico à organização.*

Assim, em 2004 o nosso congresso lançou publicamente uma nova linha: *a denúncia do revisionismo e do ecletismo, como isso estava materializado em posições políticas e apontou caminhos teóricos e práticos de uma nova*

*construção, o bakuninismo ou anarquismo revolucionário. Desde então, o caráter do debate foi deslocado: não se tratava apenas de defender a organização, mas que tipo de organização (plataformista x sintetista); qual teoria e qual prática. Essa diferença teórica logo se expressou em diferentes linhas políticas.*

Em 2004 lançamos o comunicado "A Crise do Governismo e a Estratégia da Ação Direta" e em 2005 "As Reformas do Governo Lula e as Tarefas do Proletariado". Esses documentos consistiram nas primeiras tentativas de aplicação do bakuninismo à análise da realidade brasileira, e com a apresentação de orientações políticas concretas. Do ponto de vista teórico, são documentos parciais e ainda com insuficiências. Mas eles permitiram traçar uma linha de oposição, permitiram visualizar as tarefas ante as forças políticas reformistas e dar ao anarquismo uma linha clara de ação.

Com base nessa aplicação da teoria à realidade brasileira que passamos a atuar no movimento sindical. Enquanto isso, o FAO foi levado a atuar não nos setores de oposição ao governismo, mas abstraído essa contradição concreta permaneceram com políticas contraditórias, mas sempre gravitando em torno do oportunismo de direita ou do governismo. Assim, ao longo desses dez anos a prática confirmou à teoria. *Sem teoria revolucionária, não há prática revolucionária. E sem prática classista e combativa, diante de problemas e divisões concretas, não há "intenção revolucionária".*

Os dez anos de existência do bakuninismo no Brasil, na sua primeira forma organizada – a **UNIPA**, mostram que ele surgiu como parte da luta de ideias e ações. Sempre amparado na prática e pela reflexão crítica. Abrimos agora o caminho para mais uma década de luta revolucionária. A tarefa hoje é desenvolver a teoria, construir uma tendência classista e internacionalista e o grupo político nacional anarquista.■

**Anarquismo é Luta! Nem um passo atrás! Avante UNIPA!**

# UNIDADE TEÓRICA:

## o resgate do bakuninismo enquanto teoria revolucionária

Nestes 10 anos de existência, a UNIPA teve um papel fundamental para restabelecer a credibilidade teórica-estratégica do anarquismo revolucionário no movimento de massa. As contribuições teóricas fundamentais sobre a história do anarquismo foram: 1) a determinação da origem histórica do anarquismo; 2) o papel histórico do movimento anarquista na América Latina; 3) a ação da Aliança e a participação na Comunidade de Paris e na AIT; 4) a contribuição sobre a teoria da revolução brasileira, formulando o conceito de proletariado marginal como sujeito revolucionário contrapondo à visão negativa marxista de lumpemproletariado e burguesa ou romântica de “pobres/oprimidos” e 5) a análise sobre a estrutura de classes e a etapa de desenvolvimento capitalista no Brasil e no mundo.

### 1. A Origem Histórica versus Inatismo

Um primeiro movimento realizado foi promovermos uma cisão no chamado campo do anarquismo e com a historiografia convencional. Fomos os primeiros a questionar politicamente a tese sintetista e anarco-comunista de que o anarquismo era um traço da “natureza humana”; identificado como progressivo através da história, de maneira que se colocava a origem do anarquismo na Grécia Antiga. Tal visão se baseava principalmente na definição anarco-comunista de anarquismo formulada por Kropotkin.

Em nosso primeiro congresso, em 2003, já afirmamos que era fundamental rompermos com as falsificações grosseiras e anacrônicas. Esta visão equivocada era, e em grande parte ainda é, aceita resignadamente pelas organizações revisionistas e ecletistas do campo do anarquismo.

Desde sua origem, a UNIPA apontou que o anarquismo tinha uma história concreta, na prática de luta e organização dos trabalhadores. O anarquismo havia surgido no século XIX no seio do movimento dos trabalhadores que veio a conformar a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) através das formulações do revolucionário, proletário e intelectual Pierre Joseph Proudhon. Foi a partir de suas reflexões teóricas sobre a economia capitalista e o poder burguês e de sua formulação programática de um socialismo antiestatal e profundamente antiburguês, que Proudhon lançou as bases daquilo que o revolucionário russo Mikhail Bakunin vai dar a sua forma mais acabada: o anarquismo.

### 2. A Fraternidade, a Aliança e a Co-

### munidade de Paris

Dentro dessa perspectiva identificamos a ação das organizações criadas por Bakunin (a Fraternidade, a Aliança) no interior da AIT e no movimento operário e socialista pelos países europeus. Bakunin incorporou o instrumental teórico e a síntese programática de Proudhon e as levou às suas últimas consequências políticas e teóricas com a defesa da greve geral, da insurreição armada, da federação de comunas e da coletivização dos meios de produção. Bakunin é o responsável por sistematizar a ideologia anarquista bem como por aprofundar sua teoria, definir com precisão seu programa e sua estratégia.

O anarquismo, enquanto sistema unitário e dialético das ideias, valores e aspirações do socialismo, liberdade, organização e luta classista vai ter como início de sua trajetória histórica, exatamente a ação intelectual e prática revolucionária dos bakuninistas no século XIX. Em suma, a sistematização do anarquismo enquanto teoria e ideologia vão se processar através e no interior do pensamento elaborado e desenvolvido historicamente por Bakunin.

O anarquismo será umas das principais tendências do movimento operário e socialista europeu do século XIX, determinando os rumos dos congressos da AIT e de movimentos operários na Itália, Espanha, Suíça e França. A ação particular dos socialistas revolucionários, anarquistas, será importante na instauração da experiência do anti-Estado da Comuna de Paris, ainda que tenha tido uma duração efêmera, foi de significado central na história do socialismo.

### 3. O Movimento Anarquista na América Latina

Outra importante análise desenvolvida foi sobre a expansão do movimento anarquista para América Latina como parte da concepção teórica-estratégica bakuninista, que apontava a necessidade de organizar o campesinato e trabalhadores da periferia do sistema. Mesmo esta expansão sendo realizada de forma parcial e fragmentária, a orientação do bakuninismo foi importante para o desenvolvimento do sindicalismo revolucionário no México, Brasil, Argentina, Uruguai, EUA e outros países das Américas.

Esse foi um desdobramento da luta de concepções entre Bakunin e Marx na AIT. Nesse primeiro movimento, chegaram militantes, inclusive o próprio Malatesta, que atuaram

em países como Argentina e Uruguai. Mas será no segundo período, entre 1890 e 1930 que se darão os acontecimentos mais importantes.

O sindicalismo revolucionário nas Américas se desenvolveu em algumas direções, como o “sindicalismo puro” (ao estilo da CGT argentina) ou do anarco-sindicalismo (como a FORA argentina e a COM e CGT mexicanas), e este sindicalismo, apesar sua força organizativa e do movimento de massas no México e na Argentina, sucumbiu pela combinação da repressão e cooptação, com os efeitos das suas próprias contradições internas. Frequentemente este movimento padecia de um antipolitismo ingênuo, que não o impedia de apoiar governos constitucionalistas, mas o impediu de apresentar uma alternativa revolucionária para as massas (como aconteceu no México durante a revolução de 1910).

Nossa análise rompeu com o romantismo e idealismo, tanto no campo anarquista como na historiografia marxista e do movimento operário em geral. Mostramos que ao contrário da tese evolucionista marxista, que considerava o anarquismo como “estágio” determinado pelo desenvolvimento econômico, a difusão do sindicalismo revolucionário esteve associada a luta de tendências e vários outros fatores. Ao mesmo tempo, mostramos as contradições desse movimento, que não declinou somente em razão da repressão, mas das suas contradições políticas e debilidades.

### 4. O proletariado marginal, a estrutura de classes e o desenvolvimento capitalista no Brasil

A partir da concepção de revolução integral a teoria bakuninista sobre o desenvolvimento capitalista em geral e particularmente no Brasil, rompemos com a visão etapista presente nas teorias marxistas e nacional-desenvolvimentistas. Estas tem como principais características: a) fetichização do Estado-Nacional, visto como agente neutro em relação às classes; b) a secundarização do conflito de classes (capital-trabalho); c) a análise da questão econômica do ponto de vista do capital e o negligenciamento teórico da questão da exploração.

O “desenvolvimento dependente do subdesenvolvimento”, experiência particular do capitalismo brasileiro, confirmam então a expansão do estatismo como força econômica e também ideológica, já que as doutrinas nacionalistas de diversas matizes

(comunista, trabalhista) se expandiram paralelamente à própria expansão do Estado-Nacional brasileiro, e visavam criar a legitimação da intervenção do Estado e colocá-la como centro da ação política.

Também rompeu com uma visão romântica sobre os pobres e a visão negativa marxista de lumpemproletariado. Para isso avançou na definição do Proletariado marginal enquanto fração de trabalhadores “não integrados” na esfera superior do mercado de trabalho (na atual situação, os trabalhadores informais, temporários, terceirizados e precarizados) e aqueles excluídos totalmente do mercado de trabalho, que vivem de trabalhos eventuais ou mesmo de relações não-capitalistas e que são frequentemente componentes de um exército de reserva.

O proletariado marginal seria também ampliado em razão da etapa ultramonopolista do capitalismo, que combinando reformas neoliberais com precarização do trabalho, ampliava o peso dessa fração de classe. A particularidade do desenvolvimento baseado no “agronegócio exportador” também colocava o campesinato no centro dos conflitos de classe na atual etapa do desenvolvimento capitalista brasileiro.

Dentro da atual estrutura de classe o proletariado marginal ocupa papel estratégico dentro novo modelo de exploração capitalista-imperialista. A nova composição da estrutura de classes é caracterizada por uma acentuada diversificação e complexidade. Mas os seus traços principais estão dados pelos grandes movimentos de reestruturação do capital, do imperialismo e do estatismo. No caso brasileiro esses traços se mostram pelo ascenso de um proletariado marginal à posição chave da engrenagem de exploração capitalista, acompanhada pela recolocação do campesinato como força potencial de conflito de classes, em razão da nova associação entre expansão industrial e “acumulação primária” na agricultura.

Sabemos que esse conjunto de formulações não esgotam o problema da teoria. Mas ao invés de fugir do debate teórico, avançamos. Temos hoje os fundamentos de uma análise anarquista da realidade brasileira que será desenvolvida nos próximos anos como parte do desenvolvimento harmônico global da organização. ■

**Sem teoria revolucionária, não há prática revolucionária!**

# conflitos, organização e resistência

# LUTAS URBANAS

Entre 1997 e 1998, os militantes anarquistas da Organização Socialista Libertária, do Rio de Janeiro (parte da Construção Anarquista Brasileira), encontravam-se inseridos nas lutas populares por moradia. A organização e as lutas dos trabalhadores sem-teto do Rio de Janeiro foram impulsionadas pela aliança entre os militantes anarquistas e militantes neomarxistas, no ano de 1997. Ocupações em 1997 realizadas pelo MTST-RJ (ocupação Batistinha, na Pavuna, Ocupação Nova Canudos) e depois em 2004 a ocupação Centro Popular Canudos, organizada pelo Comitê de Resistência Popular, marcam a participação e contribuição da nossa organização para a construção de uma nova forma de luta.

Essas lutas pelo direito à moradia foram fundamentais para o proletariado marginal do Rio de Janeiro, pois inauguraram a retomada das ocupações urbanas num contexto de avanço do capitalismo ultramonopolista. É preciso lembrar que ocupações espontâneas de terrenos e moradias sempre existiram. Mas a novidade foi colocar a ação direta coletiva e a crítica do direito de propriedade, como centro dessa estratégia. As principais reivindicações eram a "concessão de direito real de uso" aos moradores e subsídios para atividades econômicas cooperativas.

## 1. O contexto socioeconômico do final dos anos 1990

O final do anos de 1990 foram marcados pelas políticas neoliberais implementadas pelo Governo FHC/PSDB. Considerando os governos Collor e Itamar, a classe trabalhadora estava completando dez anos de lutas contra as reformas neoliberais e a reestruturação produtiva, isto é, o avanço do capitalismo ultramonopolista.

Em 1997 o desemprego no Brasil atingiu 14,5% da população economicamente ativa das áreas urbanas. A economia brasileira entra num período de recessão (PIB zero em 1998 e crescimento de 0,3% em 1999), resultado do desdobramento das várias crises econômicas da década de 1990. A participação da economia fluminense no PIB nacional recuou 9,7%, resultado da desindustrialização. Consequentemente, a classe trabalhadora sofreu com o empobrecimento, o crescimento do trabalho informal e com as mais variadas formas precárias de trabalho.

A marcha do MST à Brasília, a resistência a privatização da Vale do Rio Doce e a realização de 631 greves, mostram que o ano de 1997 foi de muitas mobilizações da classe trabalhadora. Entretanto, já havia uma redução em relação a

1996, quando ocorreram mais de 1.100 greves. O ano de 1997 abre o período de estagnação dos movimentos paredistas, que não ultrapassaram o número de 500 greves entre 1998 e 2009. Entretanto, outras importantes mobilizações aconteceram, a exemplo das lutas contra a privatização do sistema de telefonia (1998) e os protestos do "Movimento Brasil Outros 500" (2000).

De fato, o final da década de 1990 é marcado por profundas contradições: a ofensiva do Capital e do Estado; o aumento das formas de exploração e opressão; a oscilação das mobilizações dos trabalhadores e a confirmação da capitulação de forças políticas como o PT e PCdoB. Foi nessa conjuntura que ocorreu o ascenso das ocupações urbanas no Rio de Janeiro.

## 2. As ocupações: ocupar, resistir, construir



Ocupação feita pelo Comitê de Resistência Popular, 2003

Ocupar e resistir às políticas de remoção fazem parte da história da luta de classes no espaço urbano brasileiro. A expansão e a ocupação do espaço urbano é determinado pelos interesses do Capital. A urbanização brasileira é marcada pela segregação da classe trabalhadora e, consequentemente, pelos conflitos pelo espaço. A favelização e a periferização são expressões dessa segregação e desses conflitos.

A ofensiva burguesa na década de 1990 é acompanhada pela intensificação dos conflitos

urbanos. A luta pelo direito à cidade, especialmente, pelo o direito à moradia, assume um lugar de destaque nas reivindicações do proletariado, principalmente do proletariado marginal.

Diversas organizações políticas se voltam para as lutas de ocupação. Por divergências internas, o MST desenvolve dois braços urbanos: o MTD (Movimento de Trabalhadores Desempregados) e o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-teto). O Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN) passou a ter mais destaque.

No Rio de Janeiro, as ocupações urbanas tiveram na atuação dos militantes anarquista da OSL um fator decisivo. Em aliança com militantes neomarxistas, organizaram o MTST-RJ, que surgiu antes do MTST organizado em São Paulo por setores do MST. Inclusive entraram em disputa com o MTST implantado pelo MST, denunciando seu caráter de "movimento de bandeira", isto é, cuja política é oferecer sua "bandeira" para ocupações que não ajudaram a organizar.

A primeira ocupação organizada com a participação dos militantes anarquistas foi a Ocupação Batistinha, localizada na Estrada Rio do Pau, na Pavuna. Cerca de 60 famílias ocuparam um terreno que pertencia ao Grupo Gerda. A repressão policial foi violenta e o despejo ocorreu depois de um mês de ocupação e resistência. O Estado agiu rápido na defesa de um dos principais grupos monopolistas do Brasil. Essa ação ganhou repercussão nacional nas redes de TV e jornais da grande imprensa.

A segunda ocupação, batizada de Nova Canudos, ocorreu no final de 1997, quando cerca de 40 famílias ocuparam um prédio no Centro do Rio de Janeiro num prédio público. A resistência e a pressão do movimento junto aos órgãos dirigentes do órgão garantiram a manutenção da ocupação até os dias de hoje.

Esse período e essa experiência da ação direta e da luta e confronto com o capital, e a re-



Inauguração do Centro Popular Canudos feita pelo Comitê de Resistência Popular

# URBANAS: Resistência do proletariado marginal



Popular Canudos, Ocupação  
Sistêmica Popular, 2003

pressão do Estado, fez parte da experiência que levou a formação da UNIPA. Do balanço destas lutas, tiramos lições importantes para criar em 2003 a nossa organização. Ela então começou a formular uma nova linha de massas e com o trabalho político na Ocupação Nova Canudos conseguiu a organiza-

ção, no final de 2003, do Comitê de Resistência Popular, responsável por mais uma ocupação: o Centro Popular Canudos, no bairro do Santo Cristo (Zona Portuária, onde hoje estão um dos focos do conflito com o capital no Rio de Janeiro). Nesse momento o Comitê de Resistência Popular foi convidado para fazer parte da CMS. Entretanto, ele se recusou já expressando a linha antigovernista. Os governistas ainda ofereceram, sem sucesso, ao Comitê a "bandeira" do MTD, numa reedição da política já denunciada no final dos anos de 1990.

O prédio ocupado por cerca de 12 famílias era de propriedade da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária.

Várias ações importantes foram realizadas. A resistência contra as ameaças não judiciais da polícia durante diversas noites; os atos de rua e finalmente a greve de fome e ocupação da portaria da Igreja da Candelária, que denunciou o papel reacionário da Igreja Católica. A resistência durou cerca de nove meses, mas a Justiça concedeu a reintegração de posse à Irmandade da Candelária. Essa decisão judicial foi uma exigência do mercado imobiliário, uma vez que os projetos de revitalização da Zona Portuária já estavam em andamento.

A ocupação realizada em 2004 na zona portuária mais uma vez abriu espaço para uma nova sequência de lutas e ocupações. Vários outros grupos e movimentos realizaram nos anos seguintes, ocupações urbanas.

É importante destacar que outras ocupações dessa região foram removidas, são os casos da Ocupação Zumbi dos Palmares (Praça Mauá) e Guerreiros Urbanos (Gamboa). Hoje, a Ocupação

Quilombo das Guerreiras está sob forte ameaça de despejo. A remoção dessas ocupações tornou-se condição necessária para a implantação do Projeto Porto Maravilha, um megaprojeto de PPP, onde a Zona Portuária foi cedida pelo à exploração do Capital, ou seja, foi privatizada.

### 3. Os desafios das ocupações urbanas

Os trabalhadores que participam das ocupações são, em sua grande maioria, desempregados, subempregados, biscateiros, camelôs, isto é, constituem a fração marginalizada do proletariado. São integrados parcialmente ou em condições de extrema precarização no processo de reprodução do capital. Entretanto, na etapa ultramonopolista do capitalismo, têm um papel central na exploração da mais-valia, pois estão submetidos as formas de superexploração.

O Governo Lula/PT desenvolveu políticas para integrar o proletariado marginal, é o caso do Programa Bolsa Família e os demais programas assistencialistas. Mas também, desenvolveu políticas para incorporar essa fração da classe trabalhadora ao governismo, com a criação da Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS), em 2004.

A pressão do Estado e do Capital, a violência de milícias e traficantes, as políticas clientelistas,

os políticos oportunistas, o assédio dos governistas, são obstáculos enfrentados pelos movimentos de ocupação, em especial aqueles de caráter classista e combativo.

Outro obstáculo são as tentativas de retirar o caráter classista das lutas urbanas. Nessa caso existem dois movimentos: 1) a teoria de que a contradição capital versus trabalho se deslocou da produção para as lutas pelo espaço urbano; 2) a teoria de que as lutas urbanas são lutas pela cidadania, isto é, pela integração ao sistema. A teoria bakuninista, ao contrário, recola o caráter classista das lutas urbanas, ou seja, como parte constitutiva da luta de classes.

Recuperar a história das lutas urbanas em dois momentos fundamentais, o do final dos anos 1990 e depois, do período 2004-2006, vemos a contribuição fundamental do anarquismo revolucionário tanto no sentido de realizar ações diretas concretas quanto de apresentar uma linha classista para as lutas urbanas. Dentro de uma diversidade de ações e experiências de ocupações, demos não só uma contribuição prática, mas também programática.

As principais foram mostrar que a ação direta é possível para conquistar reivindicações materiais. A segunda, que mesmo apesar do governismo e da repressão, é possível aplicar uma linha que não capitule ideologicamente. ■



Ocupação Zumbi dos Palmares, localizada na Praça Mauá, Zona Portuária do Rio. A Ocupação foi feita em 2005 e retirada em 2011 por ocasião das obras do Porto Maravilha.

# 10 anos de Luta Sindical e Estudantil

O ano de 2002 marcou o processo de degeneração completa das maiores organizações da classe trabalhadora brasileira, o PT e a CUT. A ascensão de Lula a presidência da república, foi acompanhada pela integração do sindicalismo aos aparatos do Estado Burguês. A transformação dos Movimentos Populares em correias de transmissão do Governo (o fenômeno do governismo) levou a um processo de questionamento cada vez maior entre parcelas da classe trabalhadora.

As reformas neoliberais (trabalhista, universitária e previdenciária) anunciadas em 2003 pelo Governo Lula, foram seguidas por uma série de mobilizações que culminaram com a ruptura com a CUT e na criação de outro agrupamento sindical, a Conlutas (Coordenação Nacional de Lutas) em 2004.

Fundada em 2003, em meio a esta difícil realidade, a UNIPA analisava na época que não se podia separar "a luta da organização". Dessa forma afirmava que para se realizar a luta contra os ajustes neoliberais era necessária a ruptura com as organizações que estavam integrada ao Estado, como a CUT, a UNE e o MST, e a construção de alternativas.

O PSTU capitaneou a proposta de ruptura, se conformando na direção majoritária da Conlutas. Apesar disso, muitas outras organizações e grupos revolucionários, dentre eles a UNIPA, se uniram ao chamado para a criação deste campo "antigovernista" no movimento dos trabalhadores. A Conlutas propunha, além disso, a unificação do movimento sindical, popular e estudantil em uma única Central, o que era um avanço em contraposição ao modelo reformista de sindicalismo hegemônico pelo PT que previa entidades diferenciadas para cada setor da classe.

## O combate ao Sindicalismo de Estado

Em 2005, a UNIPA caracterizava o setor antigovernista em 3 campos: 1) Oportunistas de Direita; 2) Oportunistas de Esquerda e 3) Revolucionários. Os primeiros, que não rompiam de fato com os governistas, se materializavam no PSOL com suas correntes internas ainda na CUT, na UNE, mais tarde na Intersindical, e outras na Conlutas. Os segundos formavam o setor majoritário da Conlutas, o PSTU, que apesar do discurso radical reproduzia métodos reformistas de organização. Por fim, os revolucio-

nários que se encontravam organizados na Conlutas, mas não possuíam capacidade naquele momento de influenciar os acontecimentos de forma mais decisiva.

Diante desse quadro a linha de massas da UNIPA foi a de construir a frente antigovernista com dois propósitos centrais: a) expandir a Organização Anarquista a partir das lutas desenvolvidas pela entidade nacional; e b) explorar a contradição Reforma x Revolução no interior da Conlutas, construindo um bloco entre organizações políticas revolucionárias para combater o rebaixamento das reivindicações, o modelo do Sindicalismo de Estado e defender a ação direta dos trabalhadores.

Entre 2007 e 2009 o que se percebeu foi à aproximação cada vez maior entre o oportunismo de esquerda ao oportunismo de direita, confirmando o que havíamos previsto em 2004 (no comunicado "A Crise do governismo e a estratégia da ação direta") e conformando o que denominamos de campo "paragovernista". A Conlutas, sob o manto da "unidade de ação", passou a realizar frentes e chapas conjuntas com a Intersindical e com os próprios governistas (CUT e CTB) para vencer eleições sindicais e organizar marchas. Além disso, os paragovernistas já saudava como uma vitória a legalização das centrais no Ministério do Trabalho "como uma reivindicação histórica da classe trabalhadora", demonstrando sua capitulação cada vez maior ao modelo sindical reformista.

Em 2010 foi realizado o CONCLAT (Congresso da Classe Trabalhadora), que realizaria a fusão entre a Conlutas e a Intersindical, mas este apenas representou o aprofundamento desta política reformista no seio da agora chamada CSP-Conlutas. A aprovação da diminuição da participação dos movimentos populares e estudantis, paralelamente a aceitação entusiástica dos sindicatos policiais, o apoio a candidaturas de "parlamentares da esquerda" e a falta de democracia interna foram os resultados deste processo. A liquidação da Conlutas e frustada fusão são expressões do fracasso da política paragovernista.

A UNIPA interveio no CONCLAT e construiu a Plenária dos Movimentos de Oposição, juntando mais de 50 sindicalistas e estudantes, delimitando a construção de um Fórum de Oposições Sindicais e Estudantis. Essa plenária foi resultado da expansão da própria organização anarquis-

ta e a construção do bloco combativo no interior da Conlutas, revelando que seus 2 propósitos iniciais foram cumpridos. Desde então o trabalho vem se concentrando na construção orgânica de oposições sindicais localizadas com o objetivo de acumular forças para, a partir das condições objetivas, realizar um salto qualitativo.

## O ressurgir do Movimento Estudantil Combativo

No movimento estudantil a UNIPA se empenhou desde 2003 na construção da Ação Direta Estudantil - ADE, corrente de caráter local, que teve atuação em Grêmios Estudantis de bairros periféricos e em universidades públicas do estado Rio de Janeiro até 2009. Este foi também o período de existência da Coordenação Nacional de Lutas Estudantis (Conlute), organização que rompeu com a UNE em 2004 e foi também dirigida pelo PSTU.

Por sua direção e organização, o processo de capitulação da Conlute se deu conjuntamente ao da Conlutas. As alianças da coordenação estudantil com a Esquerda da UNE (FOE) marcaram um processo de burocratização sob a prática do "consenso" (uma política de cúpula entre correntes do PSOL e o PSTU). Tais acordos culminaram na participação da Conlute a partir de 2007 em atividades do calendário da UNE e da composição de chapas conjuntas que se abstinham da crítica a entidade governista.

A UNIPA condenou esta deformação da estratégia antigovernista no Movimento Estudantil, pautando a reorganização na construção de oposições e coletivos de base. Ao lado disso defendeu a filiação das organizações estudantis diretamente a Conlutas, o que no DF rendeu a construção do bloco combativo entre diversas organizações sindicais e estudantis o que colocou a hegemonia dos reformistas em sério risco.

O aprofundamento das propostas dos paragovernistas levaram a dissolução da Conlute e a fundação da ANEL (Assembleia Nacional dos Estudantes Livre) entidade criada para abarcar a Esquerda da UNE/PSOL e da necessidade da redução da participação estudantil na Conlutas.

Em 2009, a partir do crescimento orgânico da UNIPA e da conjuntura de degeneração dos setores da Conlute, foi construída uma plenária pa-

ralela no CNE (Congresso Nacional de Estudantes) que deu origem a RECC (Rede Estudantil Classista e Combativa), organização que hoje agrega estudantes em mais de 6 estados brasileiros sob os métodos da ação direta e o princípio do classismo.

## A linha classista e combativa

A nossa linha sindical e estudantil foi construída pela orientação teórica e pela prática de luta. A teoria delimitou o foco geral: o antiestatismo materializava-se no antigovernismo, na obrigação de politizar as lutas econômicas e adotar um sindicalismo do tipo AIT. A prática mostrou as dificuldades de transformar essa linha em orientações concretas para categorias particulares em situações particulares. Cometemos erros, tentamos formulas que não deram certo. Mas não desistimos. Encontramos meios que resolvessem as falhas anteriores.

Essa prática, dentro da frente antigovernista, de tomar parte nas lutas (greves, ações de rua, campanhas) permitiu que sempre dialogássemos com as bases, nas assembleias, congressos e locais de trabalho e em razão da nossa intransigência e coerência nas lutas econômicas, acumulássemos um capital político. Essa prática permitiu também que a nossa linha fosse sendo experimentadas por meio de ações e posições ante problemas concretos das diferentes categorias. Isso criou condições para aglutinar mais militantes em torno da criação de oposições de base.

Ao contrário de linha de denunciar no discurso, mas se igualar na prática, nós conseguimos mesmo em condições minoritárias e adversas ter uma prática alternativa e não cair no isolamento. É uma linha que não se apresenta ainda plenamente acabada. Mas ela já tem, por seu caráter negativo, uma plataforma de ação que permitirá seu desenvolvimento na próxima etapa.

A dissolução da frente antigovernista (pela capitulação do oportunismo de direita e de esquerda na política governista e do bloco no poder) coloca outras tarefas. A principal é a de construir uma tendência classista e internacionalista na luta dos trabalhadores, que possa organizar os trabalhadores na base para as lutas reivindicativas e colocar um novo projeto política para a classe trabalhadora. **Rumo a uma Tendência Classista e Internacionalista!** ■

# Avança o processo de construção da UNIPA



A teoria defendida pela UNIPA foi desenvolvida especialmente nos seus três primeiros Congressos, onde são elaboradas as bases teóricas anarquistas-bakuninistas para interpretação da luta de classes, do desenvolvimento capitalista e da Revolução Brasileira.

Como fruto do aprofundamento da ação militante e do intenso trabalho intelectual, a defesa teórica e programática do bakuninismo teve como consequência a ruptura não apenas a nível nacional, com o revisionismo anarco-comunista do Fórum do Anarquismo Organizado (atual Coordenação Anarquista Brasileira), mas também em escala internacional. Tal consequência foi encarada de peito aberto e com firmeza pela UNIPA, pois era claro, e a cada dia se confirma a justeza de tal posição, que tal ruptura não foi fruto de sectarismo ou um capricho de nossa Organização, mas uma necessidade para avançar decididamente na reorganização do anarquismo como força popular e revolucionária, nos separando do confucionismo de um pretensão "movimento libertário" tão harmônico quanto inútil para a classe trabalhadora.

## O chamado à construção nacional em 2007 e seus primeiros passos

No período 2003-2004, vivia-se uma conjuntura de crise do governo com o movimento de massas (com a iniciativa de ruptura com a CUT e UNE e a construção da CONLUTAS) frente à necessidade de

combate às reformas neoliberais (previdenciária, trabalhista, universitária) aplicadas pelo Governo de Lula/PT. Essa conjuntura colocou a prova a capacidade do então pequeno agrupamento bakuninista. É exatamente aqui que o trabalho teórico anterior, mesmo sendo reconhecidamente parcial, se mostrou fundamental. Tivemos a tática correta porque tínhamos uma teoria, mesmo que ela não estivesse plenamente desenvolvida. O acerto da tática nos fez enfrentar e sobreviver às adversidades até hoje. Apesar de surgir em meio a uma crise de organização do proletariado, a UNIPA teve uma progressão lenta, mas contínua. Ao contrário do desaparecimento "profetizado" por diversos adversários, avançamos.

Com uma atuação modesta, porém aguerrida e combativa no campo antigovernista (organizado na CONLUTAS), e com base na teoria, programa e estratégia bakuninista, a intervenção seguiu a linha política de combater o governismo (e as reformas neoliberais levadas a cabo por esse setor) e desgastar a estratégia/tradição reformista e social-democrata da "esquerda" brasileira. Tal tática acertada, oriunda de uma detalhada e coerente apreciação da conjuntura em nosso país, colocou nossa pequena Organização em debates estratégicos de reorganização do proletariado.

Foi em 2007, através do comunicado nº 21 "Construir o Partido Revolucionário Anarquista", onde se fez pela primeira vez um cha-

mado aberto e direto aos anarquistas e trabalhadores de forma geral a construir a UNIPA. De fato, a partir de então, a UNIPA passa a ter um crescimento modesto, mas contínuo. Em 2008 e 2009 temos a construção de dois Pró núcleos (DF e CE), que cerca de um ano depois se consolidam em núcleos orgânicos. A consolidação dos núcleos em três regiões diferentes teve um fator positivo de expansão de nossa política no território nacional. Tivemos também nesse tempo (2007-2011) a experiência de construção de Comitês de Apoio e Propaganda (CAP), responsáveis por distribuir os jornais Causa do Povo e prestar tarefas de apoio a Organização, no interior do Estado do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Goiás, além de CAPs junto aos núcleos. Apesar de nosso crescimento estar amparado essencialmente em nossa frente de massas, o fato é que se conseguiu estabelecer uma propaganda em âmbito nacional.

## O Grupo Político Nacional (GPN): embrião do Partido Revolucionário

Em 2012, a UNIPA lançou as resoluções de sua segunda Assembleia Nacional, onde apontava importantes avanços em sua organização interna, a saber, a construção do Grupo Político Nacional (GPN), ou seja, a transformação dos pró-núcleos em núcleos e a transformação da estrutura interna da organização para comportar essa nova etapa. Se na primeira Assembleia Nacional, em 2011, apontou-se como tarefa central

consolidar o GPN, em 2012 a Organização já estava partindo de um novo patamar qualitativo e quantitativo. Como nos ensinou a FAU-histórica (1964-76): para cada novo momento da luta superado, novos problemas são colocados frente aos revolucionários, problemas mais complexos aos quais os revolucionários devem se elevar a sua complexidade para solucionar. O desenvolvimento do GPN significa essa nova etapa que nos lançamos de peito aberto, etapa anterior a construção do Partido Revolucionário.

O V Congresso da UNIPA a ser realizado em 2013 será uma culminação dos esforços teóricos e organizativos daqueles que vêm abraçando a bandeira do anarquismo e da revolução proletária. A política de expansão da organização caminha para novos pró-núcleos e novos CAPs, ampliando a propaganda bakuninista para a região Sul e novos estados.

Seguimos, portanto, mais vivos e confiantes no caminho que escolhemos, no trabalho sério e com intransigência de classe, único meio capaz de superar o pantano das tradições reformistas e estatistas ao qual estão submersas as organizações trabalhadoras de nosso país. Isso significa, reafirmar o papel iniciador-dirigente da organização bakuninista e também de seus militantes, bem como suas tarefas de agitação, propaganda e organização. Convocamos os companheiros que tenham por objetivo construir a Revolução Social a se somarem nesse processo. ■

**BAKUNIN VIVE E VENCERÁ!  
AVANTE O ANARQUISMO REVOLUCIONÁRIO!  
PELO SOCIALISMO E A LIBERDADE!**



# AS ILUSÕES DA SOBERANIA NACIONAL E A VERDADE SUB-IMPERIALISTA

O Partido dos Trabalhadores tenta sistematicamente construir a imagem de que os Governos de Lula e Dilma conduziram transformações estruturais em todos os aspectos da questão social brasileira. Um aspecto fundamental diz respeito à chamada questão nacional, que abrange especialmente o problema da soberania (do ponto de vista burguês) ou da autodeterminação (do ponto de vista proletário).

Qual é a imagem que o PT tenta construir? Vejamos a resolução política do 4º Congresso do PT: *"Desde a vitória do presidente Lula, medidas inovadoras passaram a ser adotadas, graças à nova compreensão do governo federal com respeito à geração e sustentação do desenvolvimento econômico com distribuição de renda, com inclusão social, com ampliação da participação popular e com uma política externa soberana, que priorizou a América do Sul, tendo o País participação criativa na Unasul, com a valorização dos chamados BRICs, reconhecidos o multilateralismo e um novo protagonismo nos fóruns internacionais"*. Segundo a análise do PT, o Brasil assumiu um protagonismo "exterior" nos órgãos multilaterais e uma política externa "soberana".

Na realidade, analisemos a real configuração da inserção do Brasil nas relações econômicas e políticas do imperialismo. Assim, em primeiro lugar, precisamos rechaçar essa visão que separa a política da economia, centrando-se em aspectos superestruturais e reduzindo esses aspectos superestruturais a fatores simples e homogêneos. Na realidade, uma análise dialética mostra exatamente a relação entre a divisão internacional do trabalho, a competição e exportação de capitais, as diferenciações de classes de um lado e de outro o papel e concorrência entre Estados no sistema interestatal capitalista, e principalmente as formas complexas de articulação orgânica entre capitais "nacionais" e "internacionais" que se refletem inclusive em diferentes articulações e conflitos dentro dos Estados.

Consideremos alguns casos



Tropas brasileiras no Haiti reprimem manifestação popular

emblemáticos. A política soberana brasileira no exterior, tem sido pautada pela expansão do controle econômico sub-imperialista na América do Sul, por ações militaristas na América Central (Haiti) e por uma adequação a política imperialista dos EUA em termos estratégicos, especialmente no que tange a adequação a uma nova divisão internacional do trabalho no Sul. A chamada política externa soberana é bem ilustrada pela ação da Petrobras. Atuando em países como a Bolívia e o Equador, a Petrobras opera no sentido de extrair recursos energéticos (como gás) e disponibilizá-lo ao capital industrial no Brasil. No caso do Equador, a Petrobras vem entrando em conflito com o campesinato indígena, já que existe uma luta pela exploração dos recursos naturais em seus territórios. No caso da ocupação militar do Haiti, sob o pretexto da missão humanitária, esta se realizando o apoio a produção de agroenergia para o mercado internacional.

O que todos esses processos encobrem? Encobrem o interesse estratégico do imperialismo (do bloco UE-EUA) em assegurar um novo padrão energético que atenda a sua demanda e ao processo crescente de generalização da guerra imperialista no Oriente e o conflito com o bloco China-Rússia. Enquanto se celebram a "integração comercial dos blocos" e a po-

lítica de se contrapor aos interesses dos EUA na esfera comercial, no que tange a divisão do trabalho (relação de produção e estratégia energética) a política do PT é sub-imperialista em dois sentidos. Ela é sub-imperialista pois é agressiva contra os interesses dos trabalhadores de outros países da América Latina, assumindo forma econômica (casos mais claros da Bolívia e Equador) e militar (Haiti). Mas é agressiva também porque ela realiza os interesses do imperialismo, especialmente o controle de recursos energéticos estratégicos, garantindo assim os interesses do bloco EUA-UE. A entrada desses recursos energético no mercado mundial permite que a UE e EUA evitem crises energéticas e se dediquem a guerra pelo controle do Oriente e seus recursos naturais.

Podemos exemplificar. Um componente fundamental do antigo Governo Lula e agora do governo Dilma, é o PAC (Plano de Aceleração do Crescimento), que é um plano de reestruturação territorial e energética. Mas um componente pouco discutido é que o PAC é apenas um dos muitos planos realizados nas Américas do Norte, Central e do Sul. Os grandes planos são o Plano Mesoamérica (desdobramento do Plan Puebla Panama) e o IIRSA (Iniciativa de Integração Regional Sul Americana). Esses dois planos estão realizando obras de integração energética e incenti-

vando a produção de bioenergia de commodities de exportação. Isso tem gerado pressões sobre o campesinato da América Latina como um todo e conflitos do grande capital com comunidades diversas.

Assim, ao criar o PAC e ao apoiar a ação das empresas no exterior, a política externa brasileira está garantindo um objetivo estratégico para os interesses dos EUA: diversificar suas fontes de energia para diminuir a dependência do petróleo e intensificar a divisão internacional do trabalho, em que os países da América Latina voltam a cumprir um papel na produção de produtos primários, só que agora industrializados. Essa política na esfera da produção e do território fortalece o imperialismo e a desigualdade e mostra não a autonomia do Brasil mas sua subordinação e integração no plano estratégico e nos objetivos do imperialismo, especialmente do bloco EUA-UE.

Dessa maneira, sob a pretensa defesa da soberania brasileira, se escondem dois processos. Primeiro, a face expansionista do sub-imperialismo, sua agressão aos trabalhadores dos países estrangeiros. E por outro lado, a face dependente do sub-imperialismo, com a subordinação da política externa brasileira a política estratégica dos EUA e a associação dos capitais brasileiro e estrangeiro.

É nosso dever então denunciar a farsa nacionalista que encobre a política sub-imperialista. Devemos defender a política internacionalista, a autodeterminação dos povos. Isso implica em combater a política sub-imperialista no exterior e no interior. No interior, combatendo o capital nacional e estrangeiro e o governismo. No exterior, apoiando a luta dos povos contra a ocupação militar e econômica imperialista e sub-imperialista. ■

